

# ANTROPOLOGIA COM POVOS INDÍGENAS EM UM CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A (IN)DISCIPLINA ANTROPOLÓGICA FEITA NA VENEZUELA

**Beatriz Oliveira Vieira**  

Universidade de Brasília | Brasília - DF - Brasil

**Cristhian Teófilo da Silva**  

Universidade de Brasília | Brasília - DF - Brasil

submissão: 16/05/2023 | aprovação: 23/09/2023

RESUMO

Este artigo parte do estudo da formação de comunidades antropológicas latino-americanas e da atenção que estas conferem à etnologia indígena para lhes conferir identidade epistêmica, com o objetivo de interpretar o processo de estilização da antropologia em contextos nacionais e nacionalistas particulares. O artigo se detém neste momento sobre a antropologia feita na Venezuela ao longo do século XX e início do XXI, com o intuito de caracterizá-la no conjunto das demais “antropologias periféricas” latino-americanas. Partimos dos discursos de antropólogos e antropólogas sobre seu próprio campo e comunidade(s) antropológica(s) de pertencimento, bem como das etnografias como artefatos culturais dessa antropologia sobre os “outros universalmente compartilhados da disciplina”, como são os povos indígenas e suas culturas e identidades. O artigo possibilitará conhecer melhor as relações estabelecidas entre indígenas e antropologia na Venezuela e de que modo a antropologia sofre transformações diante do contexto político revolucionário deflagrado naquele país. Sob essa perspectiva, foram examinados trabalhos antropológicos, históricos e biográficos dos próprios praticantes da disciplina na Venezuela, com vistas a compreender os efeitos que movimentos ideológicos mais amplos exercem sobre a estilização da disciplina e a prática científica e profissional da antropologia. Entendendo que o contexto revolucionário venezuelano é marcado por um novo projeto político e econômico que atingiu as estruturas sociais e institucionais, implicando até mesmo a reestruturação do Estado e suas propostas por meio da Constituição da República Bolivariana, destacamos que tais mudanças no contexto nacional provocaram tensões que atingiram diretamente a produção científica da antropologia. Por fim, este artigo procura pensar a disciplina em termos metaetnográficos, de modo a sugerir a importância de um estudo mais aprofundado das antropologias periféricas, pensando suas singularidades a partir de uma consciência crítica sobre os lugares e modos variados, que são tomados particulares, de se exercer a antropologia na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Estilos de antropologia, Revolução Bolivariana, Antropologia, Povos Indígenas.

**ANTHROPOLOGY WITH INDIGENOUS PEOPLES IN  
A REVOLUTIONARY CONTEXT: BRIEF NOTES ON THE  
ANTHROPOLOGICAL (IN)DISCIPLINE MADE IN VENEZUELA**

ABSTRACT

This article starts from the study of the formation of Latin American anthropological communities and the attention they give to indigenous ethnology to give them an epistemic identity to interpret the process of stylization of anthropology in particular national and nationalist contexts. The article now focuses on the anthropology carried out in Venezuela throughout the 20th century and the beginning of the 21st, with the aim of characterizing it in the set of other Latin American “peripheral anthropologies”. We start from the discourses of anthropologists about their own field and anthropological community(ies) to which they belong, and from ethnographies as cultural artifacts of this anthropology about the “universally shared others of the discipline”, such as indigenous peoples and their cultures and identities. The article will make it possible to better understand the relationships established between indigenous peoples and anthropology in Venezuela and, in what way, anthropology undergoes transformations in the face of the revolutionary political context triggered in that country. From this perspective, anthropological, historical and biographical works by practitioners of the discipline in Venezuela were examined in order to understand the effects that broader ideological movements have on the stylization of the discipline and the scientific and professional practice of anthropology. Understanding that the Venezuelan revolutionary context is marked by a new political and economic project that affected social and institutional structures, even implying the restructuring of the State and its proposals through the Constitution of the Bolivarian Republic, we emphasize that such changes in the national context provoked tensions that directly affected the scientific production of anthropology. Finally, this article seeks to think about the discipline in meta ethnographic terms in order to suggest the importance of a more in-depth study of peripheral anthropologies, thinking about their singularities from a critical awareness of the different places and ways, which are made particular, of becoming practice anthropology in contemporary times.

**Keywords:** Styles of Anthropology, Bolivarian Revolution, Anthropology, Indigenous Peoples.

**LA ANTROPOLOGÍA CON LOS PUEBLOS INDÍGENAS  
EN UN CONTEXTO REVOLUCIONARIO: BREVES NOTAS SOBRE  
LA (IN)DISCIPLINA ANTROPOLÓGICA HECHA EN VENEZUELA**

RESUMEN

Este artículo parte del estudio de la formación de las comunidades antropológicas latinoamericanas y la atención que le dan a la etnología indígena para darles una identidad epistémica para interpretar el proceso de estilización de la antropología en contextos nacionales y nacionalistas particulares. El artículo se centra ahora en la antropología realizada en Venezuela a lo largo del siglo XX y principios del XXI, con el objetivo de caracterizarla en el conjunto de otras “antropologías periféricas” latinoamericanas. Partimos de los discursos de los antropólogos sobre su propio campo y comunidad(es) antropológica(s) a la(s) que pertenecen, y de las etnografías como artefactos culturales de esta antropología sobre los “otros universalmente compartidos de la disciplina”, como los pueblos indígenas y sus culturas e identidades. El artículo permitirá comprender mejor las relaciones que se establecen entre los pueblos indígenas y la antropología en Venezuela y, de qué manera, la antropología sufre transformaciones frente al contexto político revolucionario desencadenado en ese país. Desde esta perspectiva, se examinaron trabajos antropológicos, históricos y biográficos de practicantes de la disciplina en Venezuela con el fin de comprender los efectos que tienen movimientos ideológicos más amplios en la estilización de la disciplina y la práctica científica y profesional de la antropología. Entendiendo que el contexto revolucionario venezolano está marcado por un nuevo proyecto político y económico que afectó las estructuras sociales e institucionales, implicando incluso la reestructuración del Estado y sus propuestas a través de la Constitución de la República Bolivariana, destacamos que tales cambios en el contexto nacional provocaron tensiones que afectaron directamente la producción científica de la antropología. Finalmente, este artículo busca pensar la disciplina en términos meta etnográficos para sugerir la importancia de un estudio más profundo de las antropologías periféricas, pensando en sus singularidades desde una conciencia crítica de los diferentes lugares y modos, que se particularizan, de convertirse en práctica de la antropología en la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Estilos de antropología, Revolución bolivariana, Antropología, Pueblos indígenas.

## 1. NACIONALIDADE E REVOLUÇÃO COMO FATORES DE ESTILO

Este artigo decorre do projeto “Antropologias latino-americanas e povos indígenas: etnografia de estilos periféricos de etnologia indígena” (Teófilo da Silva 2021), no qual damos continuidade à proposta de “etnografia das antropologias periféricas” feita por “antropólogos nativos”, tal como formulada pelo antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (1988). Pela articulação das tradições intelectuais próprias a diferentes contextos nacionais e nacionalistas latino-americanos às culturas antropológicas estabelecidas fora, fazemo-nos atentas<sup>1</sup> aos diferenciais de poder implicados nos processos de objetificação da alteridade cultural para, desse modo, interpretar o próprio processo de “nativização” ou “estilização” da antropologia em suas comunidades antropológicas de origem (ver Sangren 2007).

Desse modo, da problematização original de Cardoso de Oliveira (1988), detivemo-nos sobre a antropologia feita na Venezuela, com o intuito de caracterizá-la no conjunto das demais “antropologias periféricas” latino-americanas. Partimos dos discursos de antropólogas e antropólogos sobre seu próprio campo e comunidade(s) antropológica(s) de pertencimento, bem como das etnografias como artefatos culturais dessa antropologia sobre os “outros universalmente compartilhados da disciplina”, como são os povos indígenas e suas culturas e identidades. Neste sentido, o objetivo geral a ser alcançado consiste em conhecer para melhor comparar as relações

estabelecidas entre indígenas e antropologias na América Latina, incluído o Québec como a “América Latina do Norte”. Sob essa perspectiva, têm sido examinados trabalhos antropológicos, históricos e biográficos das próprias praticantes da disciplina nestes contextos nacionais, com vistas a compreender os efeitos que movimentos ideológicos mais amplos exercem sobre a estilização da disciplina e a prática científica e profissional da antropologia.

Conhecer as especificidades de uma disciplina e seu desenvolvimento em um determinado país implica, portanto, um olhar atento à sua epistemologia, mas também ao seu contexto social e político de produção. Refletir sobre a antropologia venezuelana, neste caso, é analisar a formação de um campo disciplinar científico situado na periferia do sistema mundial e sua correspondente geopolítica de produção de conhecimento, bem como as complexidades de como esses saberes antropológicos têm sido produzidos e reproduzidos.

O presente trabalho pretende enfatizar, por um lado, as dinâmicas que atravessam as relações assimétricas entre as antropologias centrais e as periféricas e, por outro, destacar as peculiaridades do exercício da antropologia na Venezuela durante o século XXI, levando em consideração o novo cenário revolucionário do período bolivariano, dado pela ascensão de Hugo Chávez, do partido *Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), à presidência na passagem do século XX para o XXI. Entendendo que tal período é marcado por um novo projeto po-

<sup>1</sup> A forma feminina de linguagem será utilizada ao longo do artigo para facilitar a leitura.

lítico e econômico que atingiu as estruturas sociais e institucionais, implicando até mesmo a reestruturação do Estado e suas propostas por meio da Constituição da República Bolivariana, destacamos que tais mudanças no contexto nacional provocaram tensões que atingiram diretamente a produção científica da antropologia.

Para tanto, uma revisão bibliográfica (em artigos, dossiês, revistas, entrevistas)<sup>2</sup> foi feita, de modo a conhecer o tema da etnohistória, etnologia e a construção do conhecimento antropológico na Venezuela, no século XXI, em perspectiva também historiográfica (para citar alguns: Arias 2007, Caula 2010, Abreu 2019, Castillo 2020, Guiza & García 2020). Em um segundo momento, buscamos as fontes etnográficas produzidas no século XXI que pudessem dar base para notar as especificidades na forma de pensar e investigar a antropologia nesse contexto nacional, dando destaque aos protagonistas, principalmente por meio das abordagens das publicações dos autores regionais, usando dois principais acervos *on-line* encontrados: o *Boletín antropológico*<sup>3</sup>, vinculado à Universidad de los Andes (ULA), e o material encontrado no Instituto Caribe de Antropología y Sociología<sup>4</sup> (Caracas, Venezuela).

Além disso, o livro *Antropologías hechas en Venezuela: Tomo 1*, publicado no final de 2020, com

edição de Annel Mejías Guiza e Carmen Teresa García, docentes venezuelanas, tem contribuído de modo fundamental para esta pesquisa. Fruto da coedição entre a Associação Latino-americana de Antropologia (ALA), o livro, ao longo de mais de 700 páginas, aborda as investigações institucionais e interinstitucionais da disciplina, permitindo conhecer o interior das trajetórias e sedimentações das diversas práticas nacionais.

Práticas antropológicas essas tão diversas no contexto nacional que, como sugere o título do livro, permitem falar sobre “antropologias” (no plural) feitas na Venezuela. Sendo assim, longe de apontar para um único caminho traçado para a produção do conhecimento antropológico no país, partimos da hipótese de que as novas mudanças e tensões advindas do período bolivariano têm reelaborado as motivações e os interesses da comunidade antropológica venezuelana de tal forma que a tornaram mais compromissada com a investigação do seu próprio cenário nacional.

Seria muito audacioso almejar fazer uma reconstrução historiográfica da antropologia venezuelana. Por isso, limitamo-nos a apontar alguns episódios, fruto do trabalho de pesquisa, os quais, interpretativamente, e com respaldo teórico, julgamos importantes de serem destacados para se pensar a

2 Pesquisa de produção acadêmica da comunidade antropológica venezuelana feita nos repositórios digitais: Scielo e Redalyc; Research Gate; Academia.edu; Google Acadêmico, entre outros.

3 Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/4223>.

4 Tem como objetivo estudar os povos indígenas venezuelanos e conservar suas tradições, mitos, legados e cultura material, como descrito no próprio site: <https://ilamdir.org/recurso/8686/instituto-caribe-de-antropologia-y-sociologia>.

disciplina e a etnografia naquele país, assim como para buscar entender suas tendências e abordagens atuais. Para tanto, torna-se necessário um pequeno recorrido na história da formação e institucionalização da antropologia enquanto campo científico de investigação na Venezuela, procurando entender alguns de seus traços distintivos, a exemplo de sua pluralidade constitutiva, perante as demais antropologias do mundo.

## 2. ANTECEDENTES E ANTROPOLOGIA MODERNA: SABER ANTROPOLÓGICO VENEZUELANO NOS SÉCULOS XIX E XX

A discussão da antropologia feita na América Latina em relação à antropologia praticada fora tem adquirido uma relevância, principalmente a partir das abordagens dos antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira (1993), Esteban Krotz (1993) e Restrepo e Escobar (2004), entre outras contribuições. Esses autores latino-americanos fizeram importantes contribuições teóricas para se pensar a relação de poder existente na produção, validação e veiculação do conhecimento antropológico da América Latina em âmbito mundial.

Krotz, por exemplo, ao categorizar a produção do conhecimento antropológico latino-americano enquanto “*Antropologías del Sur*”, estabelece uma relação intrinsecamente tensa entre os membros das antropologias do Norte e do Sul Global. A tensão a qual se refere não diz respeito à tensão pessoal conflitante, mas às contradições provocadas pelo

desenvolvimento da antropologia em um mundo configurado pelo poder das mesmas nações que também geraram esta disciplina e, segundo ele, seguem determinando quase por completo seu desenvolvimento (Krotz 1993).

Concomitantemente, a expressão “*antropologia periférica*”, proposta por Cardoso de Oliveira, refere-se às antropologias que emergem fora dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, nos quais se desenvolvem as “*antropologias centrais*” ou metropolitanas, entendidas assim por fazerem parte de contextos hegemônicos no que diz respeito a fatores econômicos e políticos.

Nas palavras do autor: “tomo por periférico aquele espaço que não se identifica com o espaço metropolitano – leia-se: Inglaterra, França e Estados Unidos da América –, de onde emergiram os paradigmas da disciplina no final do século passado” (Cardoso de Oliveira 1988: 14). Portanto, longe de falar apenas sobre demarcações de limites geográficos, essa observação crítica dos espaços epistemológicos aponta para o reconhecimento das relações de poder existentes dentro e entre diferentes locais de produção do conhecimento antropológico.

Na Venezuela, os estudos da formação do conhecimento antropológico no país têm mostrado dois importantes momentos: o primeiro, entendido como “não moderno”<sup>5</sup>, compreende meados do século XIX, sendo responsável pela geração e sistematização dos conceitos, estendendo-se até a década de 50 do século XX; e o segundo momento, em que ocorre a institucionalização e então modernização dessa

5 *La configuración de un campo científico: La antropología en Venezuela (1850-1950)* (2009).

disciplina no país, a qual se caracteriza enquanto um saber científico e profissional.

O início da formação do conhecimento antropológico na Venezuela tem levado a discussões não consensuais. Autores como Arvelo-Jiménez e Castillo (2020)<sup>6</sup> mostram que, por muito tempo, o período de meados do século XIX até o início do século XX foi caracterizado pela difusão do conhecimento positivista, evolucionista unilateral e, em menor grau, do determinismo geográfico cultivado por, em suas palavras, “influenciadores da Europa (sobretudo Alemanha e França)” (Arvelo-Jiménez & Castillo 2020: 190)<sup>7</sup>.

Essa “influência” mencionada parece estar ligada àquilo que Krotz (1993: 10) apontava sobre as *antropologías del sur*: “hablando de manera muy esquemática, durante el siglo XIX y la primera mitad del siglo XX, ésta tenía un sólo centro. Cualquiera práctica antropológica era, más que nada, aunque en grado variado, extensión y ramificación de impulsos provenientes de este centro”.

Por outro lado, novas investigações de autoras estudiosas da antropologia venezuelana, como Iraidá Vargas (2011) e Silvana Caula (2010), têm feito esforços para demonstrar que “hasta las primeras décadas del siglo XX, este tipo de conocimiento no

se limitó, como suele pensarse a veces, en una producción pasiva del positivismo y el evolucionismo europeo” (Caula 2010: 72).

Assim também Castillo (2020), ao pensar sobre as ideias que influenciaram (e influenciam) esse saber nacional, reafirma que a antropologia venezuelana não começou com uma geração privilegiada de homens astuciosos e curiosos que, ao final do século XIX e princípios do século XX, dedicaram-se a compreender os problemas estruturais do país, suas causas e consequências; as ideias antropológicas remontam ao passado pré-colombiano e se desenvolvem em um esquema de pensamento ocidental a partir do “encontro colonial”<sup>8</sup>. Segundo o autor, “la historia de las ideas antropológicas en Venezuela comenzaría, por la vertiente de nuestras raíces amerindias, con las reflexiones de los propios indígenas sobre su cultura, su orígenes, sus relaciones con otros seres vivos y con otros pueblos indígenas” (Castillo 2020: 7).

Lorenzo (2020) também parte de tal princípio e, ao pensar o desenvolvimento histórico da antropologia venezuelana, revisa alguns dos dados que historicamente podem ser considerados como os antecedentes das *protoantropologías* na Venezuela: os

6 Original tomado de: Arvelo-Jiménez, Nelly e Castillo, Horacio Biord. 1998. La Antropología en Venezuela: Balance y perspectivas, in *Historias de la antropología en Venezuela*. Editado por Amodio, Emanuel, pp. 223-237. Maracaibo: Ediciones de la Dirección de Cultura, La Universidad del Zulia.

7 Cabe mencionar outros autores difusores de tais pensamentos, como Aristides Rojas, entendido como pioneiro na construção da historiografia venezuelana e da formação da antropologia, influenciado principalmente pelas escolas positivistas da época (vale citar: Torrealba 1984, Vargas Arenas 1976, Margolies & Suárez 1998).

8 Longe de falar em uma perspectiva anacrônica, notamos que o autor fala de dois momentos no que se refere à antropologia: o pensamento antropológico e a antropologia nos moldes que conhecemos hoje, sendo o primeiro fundamental para a constituição do segundo.

cronistas, os legisladores, os historiadores e costumes do século XIX, bem como os pioneiros do final desse século e início do século XX<sup>9</sup>. Tal olhar aponta para uma tentativa de revisitar a história da antropologia e traçar uma identidade nacional própria.

Portanto, por mais que a propagação das ideias positivistas e evolucionistas tenha influenciado grandes interesses dos intelectuais venezuelanos da época em estudar as ditas “sociedades tribais” (Arvelo-Jiménez & Castillo 2020), com fortes interesses nos princípios da “objetividade científica”, mesmo que ainda este conhecimento não tivesse tomado proporções institucionais, devemos ficar atentas para não designar toda uma tradição de investigação apenas nos termos dos cânones estabelecidos por influxos das antropologias centrais.

É por isso que Kretzer (1993: 10) chama atenção para a invisibilidade, por vezes silenciamentos, das trajetórias e histórias destas *antropologías*: “por una parte, se vuelve a silenciar la existencia misma de las antropologías del Sur. En la medida en que se disminuye el valor de sus antecedentes, para estas aumenta la dificultad de reconocerse como tradición con perfil propio”.

O termo “não moderno”, ou ainda “pré-moderno”, para se referir ao período da antropologia venezuelana que abarca os antecedentes da disciplina no país, corresponde ao período de meados do século XIX, anterior à institucionalização da antropologia

na Venezuela. Por mais que soe contraditório falar num período de “não modernidade” para se referir à antropologia, Caula (2009), pretensiosamente, resgata o termo com a intenção de chamar atenção para essa etapa da antropologia, marcada pela introdução do positivismo e evolucionismo no contexto nacional venezuelano. Atenta à reflexão sobre a colonização epistêmica e política que se produz entre diferentes momentos históricos, a autora defende as configurações da antropologia venezuelana como um campo de saber complexo e com diversas tensões em busca de autonomia<sup>10</sup>. Assim, ela aponta para os dois períodos mais citados na história da antropologia na Venezuela: não moderno e moderno. Em suma, um período antes e depois dos anos 1950.

Su configuración como disciplina “moderna” implicó el enriquecimiento de este campo de conocimiento en el contexto nacional por medio de la introducción de autores y perspectivas de análisis correspondientes a la antropología hegemónica, simultáneamente, la implantación de estos cánones disciplinarios llevó a que las variadas y ricas formas de reflexión sobre el mundo de lo social elaboradas desde el ámbito de las ciencias sociales en el país en los años precedentes fuesen desplazadas al ámbito de lo “no-moderno”. (Caula 2009: 82).

No entanto, apenas apontar para a tensão existente entre esses dois períodos da antropologia na Venezuela não consegue abarcar as complexidades de um campo de conhecimento vasto, sobretudo no que diz respeito às peculiaridades do contexto nacional.

9 Discussão de Lorenzo (2020) em “Protoantropologías venezolanas: afanes para eludir otredades y construir identidades”.

10 Presente na tese de doutorado de Caula (2009), intitulada *La configuración de un campo científico: La antropología en Venezuela (1850-1950)*.



La antropología venezolana no se trataría entonces de una construcción aislada o únicamente endógena, sino que sería el producto de una determinada forma de entender las complejas realidades socioculturales, de entenderse los antropólogos como parte de ellas o no, de incidir o no (tanto positiva como negativamente) sobre ellas. En síntesis, sería un producto o construcción cultural fuertemente influido por los contextos sociohistóricos y político-económicos. (Bjord 1992: 27).

Um novo cenário político advindo do final de vinte e sete anos da ditadura de Juan Vicente Gómez, em 1935, impulsionou uma nova forma de pensar a sociedade venezuelana. Desde então e, principalmente, a partir da década de 40 do século XX, as reflexões tomam rumos diferentes dos seus antecessores, dando, agora, um principal destaque às mudanças sociais ocorridas no país. Os saberes sociais, como a antropologia, passam a se atentar às novas demandas nacionais: a democratização e o progresso, impulsionado pela ciência.

El discurso y la práctica de la antropología de estos años 40 emergen estrechamente imbricados a los desafíos políticos de la época: la “modernización” del país, la construcción de un Estado “democrático”, la inclusión de los grupos subalternos en dicha construcción, y el rol que la ciencia y la tecnología debían jugar en la consecución de estas metas. (Caula 2009: 50).

No entanto, a tentativa de pensar seu contexto social encontrou dificuldade, dada a irrupção dos novos valores que acompanham a exploração estrangeira dos recursos petrolíferos venezuelanos. A tendência que parecia encaminhada a ressaltar a especificidade sociocultural venezuelana não encon-

trou estímulo no novo contexto econômico. É nesse cenário político que a antropologia se define institucionalmente.

Este feito é evidenciado pelo surgimento de um conjunto de instituições dedicadas à produção e reprodução deste conhecimento, tais como: *Grupo de Caracas* (1943); *Departamento de Antropología* na *Fundación de Ciencias Naturales La Salle* (1944); *Departamento de Antropología* (1947) na *Facultad de Filosofía y Letras* da *Universidad Central de Venezuela*; e *Comisión Indigenista* (1947).

É neste período também que se inauguram os estudos indigenistas, assim como as discussões do culturalismo. Nasce, com isso, a oposição de intelectuais que entendem a cultura como um processo aberto às influências civilizatórias europeia e norte-americana, em que as questões indígenas teriam apenas um valor simbólico na representação da nacionalidade. A contraposição colocava a cultura como criação original, como junção das diferentes etnias do passado e do presente, suscitando a necessidade de o Estado reconhecer a diversidade étnica e cultural dos grupos que compõem a nação (Barreto 1998).

A adoção do modelo científico para impulsionar as políticas do Estado é vista na década de 50 do século XX, na qual deparamo-nos com um novo cenário político: a queda do presidente Rómulo Gallegos por um golpe de Estado e posterior chegada do general Marcos Pérez Jiménez à presidência, desencadeando uma ditadura que se estendeu de 1952 a 1958. Esse período, em termos globais, segundo



Arturo Escobar, é fundamentado pela noção de desenvolvimento surgido no pós-guerra e fomentado pela presidência dos Estados Unidos em 1949, como nova ordem mundial<sup>11</sup>. Nova ordem esta adotada pelo governo de Jiménez<sup>12</sup>

La noción local de desarrollo incluye la adquisición de aquellas herramientas de los sistemas de conocimiento dominante que podrían darles la posibilidad de implementar un futuro viable. La discusión local sobre el desarrollo no es solo sobre el desarrollo en sí, sino sobre la historia y la cultura – sobre el Estado, la ciudadanía, la diferencia, el conocimiento y la explotación. (Escobar 1999: 23).

Nesse sentido, esse novo discurso, como coloca Escobar, também incidiu sobre o conhecimento e sua forma de exploração, inclusive sobre como o próprio Estado lida com esse conhecimento para alcançar o almejado desenvolvimento. Na antropologia venezuelana, deparamo-nos, em 1953, com a criação do *Departamento de Sociología y Antropología*<sup>13</sup> na *Facultad de Ciencias Económicas y Sociales* da *Universidad Central de Venezuela*, referenciada em muitos textos por ser a primeira instituição a formar profissionais do campo no país e

dar início à antropologia institucional no território. “La dimensión tal del desarrollo se convirtió en una parte importante de la elaboración de proyectos, y el papel de los antropólogos acabó por institucionalizarse” (Escobar 1999: 48).

Entre os considerados primeiros antropólogos “profissionalizados”<sup>14</sup> da Venezuela, temos Miguel Acosta Saignes (dedicado, posteriormente, sobretudo à etnohistória), Rodolfo Quintero (com importantes trabalhos sobre a questão petrolífera no país) e Federico Brito Figueroa (historiador e antropólogo que se dedicou tanto aos temas da colônia quanto da economia nacional), todos eles posteriormente exilados do país por integrarem partidos de esquerda no período da ditadura de Marcos Pérez Jiménez. “La obra de Acosta Saignes, Brito Figueroa y Quintero nadaba contracorriente: trabajaban en la inclusión de los grupos subalternos en esa construcción del Estado-nación; reflexionaban sobre temas álgidos para la época” (Guiza & García 2020: 30).

Segundo o levantamento feito por essas duas últimas autoras, Guiza e García (2020: 21), “existía una sola escuela de pregrado en la UCV<sup>15</sup>

11 Formulado inicialmente nos Estados Unidos e na Europa durante o fim da Segunda Guerra Mundial, esse novo modelo de “desenvolvimento” proposto instala uma nova ordem no mundo, na medida em que, por meio de modelos tecnológicos, econômicos e políticos, tenta transformar totalmente as culturas e formações de três continentes entendidos enquanto subdesenvolvidos, de acordo com as ordens ditadas do chamado “primeiro mundo” (Escobar 1999: 30).

12 “El gobierno de Marcos Pérez Jiménez pareciera estar en correspondencia con la lógica del ‘desarrollo’, sino también el nuevo sentido de ‘democracia’ que surge durante estos años” (Caula 2010: 78).

13 Surgiu de uma interação conveniada do *Consejo de Reforma de la Universidad Central de Venezuela* e a Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos.

14 Como pioneiros na antropologia venezolana, vale mencionar também trabalhos bastante citados de autores como Julio César Salas, Gaspar Marcano e Lisandro Alvarado, considerados pioneiros no pensamento indigenista no país.

15 Universidad Central de Venezuela (UCV), sendo considerada a primeira universidade pública do país e uma das mais antigas da América Latina.

desde 1953, pero a partir de 1990 se comienza a diversificar en Mérida y Zulia con las escuelas de postgrados fundadas en estos dos estados del país, desde donde se comienzan a organizar los congresos nacionales y otros eventos de antropología que, en su mayoría, publicaron sus memorias”. Assim, a partir de 1990, temos a expansão institucional, que sai do centro e chega à zona ocidental do país.

Nessa época, até nas atuais publicações sobre etnohistória da antropologia nacional, deparamo-nos com as quatro principais instituições de investigação e produção de cunho antropológico: a já mencionada Universidad Central de Venezuela (UCV), em Caracas, capital do país; a Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG), em Guayana; por último, as da zona ocidental: a Universidad del Zulia (LUZ), em Zulia, e a Universidade de Los Andes (ULA), presente na cidade de Mérida.

Sobre as universidades da zona ocidental, LUZ e ULA, a antropóloga venezuelana Elizabeth Manjarrés Ramos (2020: 10) coloca que: “la promoción de la antropología en el occidente venezolano estuvo encabezada por las antropólogas Jacqueline Clarac y Nelly Gavidia, ambas formadas bajo la influencia de la escuela sociológica francesa”. Só a partir dos finais dos anos 90, a antropologia da zona ocidental, inspirada pelas autoras mencionadas, esteve comprometida com a noção das “*Antropologías del Sur*”, tomando o papel da promulgação da descolonização do pensamento científico. Por

outro lado, a universidade pioneira na formação de profissionais<sup>16</sup> do campo (UCV), conveniada com a Universidade de Wisconsin, implementou o modelo profissional desta disciplina aos moldes da norte-americana (Altez et al. 2021: 170).

Mansutti-Rodriguez (1999: 98), ao pensar “la antropología que requeremos”, coloca que “uno de los rasgos más resaltantes de la antropología venezolana moderna ha sido su incapacidad para pensar el país real. De hecho, muchos de nuestros trabajos se construyen sobre clichés que suenan más a proclama que a su teoría”. No mais, o autor diz que a antropologia venezuelana dessa época não estava sendo capaz de elevar sua voz para dar respostas aos problemas nacionais vigentes até então, assim como as universidades não conseguiram penetrar as camadas da sociedade da Venezuela.

Na mesma época em que Mansutti-Rodriguez (1999) publica seu artigo sobre “La antropología que requeremos”, há uma importante mudança no cenário político nacional que também influiria em outras diversas camadas da sociedade, assim como na investigação antropológica, e marcará o século XXI no país: a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 2 de fevereiro daquele ano. Sua chegada ao poder gerou grandes expectativas entre os antropólogos (Ramos 2020), dado seu teor revolucionário que pretendia transformar as mais variadas esferas da sociedade.

<sup>16</sup> A Venezuela se encontra com oito títulos oficiais em antropologias, duas licenciaturas, três mestrados e três doutorados.

### 3. ANTROPOLOGIA NO SÉCULO XXI: REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E PERÍODOS SUBSEQUENTES

A chegada de Hugo Chávez<sup>17</sup> ao poder é vista como uma representação da decadência do modelo democrático-representativo posto até então. A proposta de seu novo modelo se encaminhou para construir uma ordem social, política e econômica radicalmente distinta. A ferramenta principal para tal transformação foi a redação de uma nova constituição na Venezuela, encaminhada por meio da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

La Constitución bolivariana modificó la democracia representativa y consagró una democracia participativa, protagónica, multiétnica y pluricultural, aumentó el periodo presidencial de cinco a seis años con posibilidad de reelección inmediata, le dio mayores poderes al presidente de la República, se estableció la figura del vicepresidente, le cambió el nombre al país por el de República Bolivariana de Venezuela, el Poder Legislativo comenzó a funcionar como Asamblea Nacional desapareciendo el sistema bicameral. (Elías 2018: 217).

O governo de Hugo Chávez e Nicolás Maduro propunha, portanto, reformas constitucionais no âmbito institucional, mas foi a promulgação de um programa de governo com bases no socialismo que, juntamente com a Constituição, reestruturou a

economia a partir de uma política rentista, baseada na redistribuição da renda do petróleo através do investimento nos setores de desenvolvimento social, provocando efervescentes reações dos setores de direita, opositores do governo.

Esse acirramento político, muito citado em análises do período<sup>18</sup>, é justificado também pela disputa das eleições, afinal, Chávez chegou à presidência, mas seu opositor Henrique Salas Römer, com o discurso claramente neoliberal, obteve 40% dos votos. As abruptas mudanças propostas pelo governo, dada a polarização do período, levaram a uma conjuntura de enormes tensões internas, assim como externas, já que Chávez constitui um discurso contra o imperialismo estadunidense<sup>19</sup> e contra a hegemonia capitalista.

A agora chamada República Bolivariana da Venezuela se denominava assim por fazer referência ao “Libertador Simón Bolívar”, como descrito na própria Constituição, enaltecendo o seu “heroísmo y sacrificio de nuestros antepasados aborígenes y de los precursores y forjadores de una patria libre y soberana” (*Asamblea Nacional Constituyente* 1999: 1). Tem-se como propósito refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa, protagônica, multiétnica e pluricultural.

17 Substitui os atores políticos tradicionais (Acción Democrática y al Partido Socialcristiano/ COPEI).

18 Cabe citar as contribuições do historiador Elías Pino Iturrieta, que entende o período enquanto um momento de tensões, polaridades e crises (Iturrieta 2018).

19 O governo venezuelano, sob os pilares do *anti-imperialismo* e *terceiromundismo*, impulsionou diversas iniciativas de integração regional, alternativas às propostas pelo governo estadunidense, entre elas, a Alternativa Bolivariana dos Povos da América [ALBA], a partir de um comunicado com o presidente cubano Fidel Castro, em dezembro de 2004, como colocado por Dantas (2012) em “O discurso de Hugo Chávez como instrumento articulador de uma unidade latino-americana”.

Com isso, a Constituição também foi revolucionária, na medida em que incluía os setores mais oprimidos, assim como inovadora no reconhecimento legislativo explícito dos direitos dos povos indígenas, respaldando, na proteção de suas culturas, formas de vida e territórios, o que não existia até então. Sobre este período inicial de mudanças e como chegou aos antropólogos do país, a venezuelana Ramos (2020: 8) dirá:

El ascenso del chavismo al poder con su discurso participativo, multiétnico e incluso inicialmente generó un clima de entusiasmo entre un gran número de antropólogos, quienes vieron una oportunidad de promover la visibilidad y el reconocimiento de los derechos de los pueblos originarios que se venían defendiendo desde los años 70 sin conseguir ser legislados.

O movimento etnopolítico indígena, com já vinte anos de trajetória, ganhou espaço nessa época. Não à toa, seis dirigentes indígenas foram atores centrais da Constituição Bolivariana<sup>20</sup>, contendo cerca de oito artigos diretamente relacionados aos direitos indígenas no país.

Em uma cronologia<sup>21</sup> das publicações realizadas pela antropologia desenvolvida na Venezuela, feita pelo Grupo de Trabajo Antropología de las Antropologías Latinoamericanas (ADALA), tendo como

base as discussões de Esteban Krotz, aponta-se que, em 1999, foi promulgada a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que inclui um capítulo dedicado aos Direitos Culturais e outro dedicado aos Direitos dos Povos Indígenas. Esse reconhecimento constitucional e de grande participação foi uma das heranças mais positivas desse período.

Em contrapartida, essa aproximação entre governo e direitos indígenas teve os dias contados e parece ter sido totalmente rompida, principalmente após casos de não reconhecimento da demarcação de terras indígenas e de mortes. Foi o caso do assassinato de yakupas e de seu líder, Sabino Romero, em 2013, logo após a entrega de terras, com a cumplicidade das forças armadas e do governo<sup>22</sup>. Em resumo:

En función de ello convenimos que la agencia política indígena logró influir decisivamente en el discurso político del chavismo y de manera parcial en las políticas de Estado implementadas en Venezuela durante los gobiernos de Hugo Chávez (1999-2013), puesto que el nuevo marco jurídico reconoció los derechos indígenas; a la vez que sujetos del mundo indígena se conectaron directamente con instituciones del Estado, en espacios como ministerios e institutos. Sin embargo, la relación de las comunidades indígenas con el gobierno de Hugo Chávez y la institucionalidad del Estado no se tradujo del todo en el empoderamiento directo de los indígenas sobre su territorio y destino pues, derechos constitucionales como la demarcación de tierras y la

20 Alguns desses constituintes indígenas optaram por disputar a “Asamblea Nacional” (AN) e ganharam as eleições, passando a fazer parte de uma fração especializada em assuntos indígenas, nunca antes existente na história nacional (Arvelo-Jiménez 2014).

21 Pacheco, Lino Meneses. Una cronología de la Antropología en Venezuela. *Boletín Antropológico*. 38(100): 392-416.

22 “Dos días después de la entrega de tierras, los caciques indígenas que aceptaron las tierras otorgadas por el gobierno atacaron a Sabino y su familia, dejando herido al líder, a dos de sus hijos y a una nieta, y asesinado a su yerno”. Lado B. 2013. *Asesinan a Sabino Romero, líder yukpa en Venezuela, defensor de la tierra*. <https://www.ladobe.com.mx/2013/03/asesinan-a-sabino-romero-lider-yukpa-en-venezuela-defensor-de-la-tierra/>

consulta previa fueron cercenados de manera sistemática; a lo que se suma la cooptación de dirigentes indígenas y estructuras tradicionales que en muchos casos fueron perdiendo autonomía ante los intereses del Estado. (Velásquez & Silva 2019: 4).

Outro projeto político que se buscou instalar na nação bolivariana foi a promoção da educação, também em nível superior. Em seu projeto de governo, Chávez revisou o *Plan Sectorial del Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria* (MPPEU), em que estabelece: “la educación es una de las herramientas esenciales para la reconstitucionalización y refundación de la república, se establecieron como principios fundamentales de la democracia social, participativa y protagónica” (Parra-Sandoval 2015: 88).

Portanto, a educação se torna mais um pilar de mudanças propostas pelo novo governo. Essa promoção se concretiza com a criação da Universidad Bolivariana de Venezuela, em 2003, que tinha os pensamentos de Simón Bolívar como centrais. Além disso, a criação da *Misión Sucre*, também do mesmo ano, consistia em aumentar as matrículas nas universidades e ampliar seu acesso. Em 2010, houve a criação da Universidad Nacional Experimental Indígena, com sede inicial da Tauca, estado bolivariano.

Um estudo feito por Silva e Baquero (2017) sobre o aumento das matrículas de instituições de educação superior, no período de 1999 e 2012, mostra que há um salto significativo no aumento do ingresso nas universidades: “aumento de la matricula entre

el año 2000 y el año 2012 fue vertiginoso respecto al crecimiento de años anteriores. El país caribeño se ubica en el quinto lugar a nivel mundial con una tasa bruta de matriculación en educación superior” (Silva & Baquero 2017: 161)<sup>23</sup>.

Apesar do aumento nos números de matriculados no ensino superior no país, os autores nos lembram que estes números são quantitativos, e não qualitativos. “A tasa bruta de matriculación no significa nada en términos de calidad educativa, además que las universidades de prestigio y talla mundial (universidades nacionales) por no prestarse a los intereses políticos del gobierno terminan siendo sometidas por la falta de recursos” (Silva & Baquero 2017: 161). Assim, deparamo-nos com um sistema de educação superior que se dividiu entre as instituições públicas existentes anteriormente e as instituições criadas pelo governo.

Las universidades públicas de Venezuela fundadas antes de la irrupción del chavismo fueron tildadas por el gobierno bolivariano como centros hegemónicos y elitistas de producción del conocimiento; por ello, se les dio la espalda y se recortó su presupuesto en favor de la creación y financiación de nuevos centros, como, por ejemplo, la Universidad Bolivariana que han sido severamente criticada por ser vehículo de propaganda. (Ramos 2020: 12).

Os antropólogos que instigam e produzem na Venezuela são, majoritariamente, de universidades públicas. Um estudo presente no livro *Antropologías hechas en Venezuela*, no artigo de Guiza e García (2020) sobre as afiliações institucionais de autores

<sup>23</sup> Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria. MPPEU. 2013. *Logros de la revolución socialista bolivariana en educación universitaria (2000-2012)*.

antropólogos, mostrou que 68% dos autores que produzem sobre antropologia no país saem dos principais centros de formação universitário público do país. Dentre esses centros, a *Escuela de Antropología* da UVC se destaca, possuindo 33% das afiliações dos antropólogos; seguida pela Graduação e Mestrado em Antropologia em LUZ, com 18%. O Museo Arqueológico, o *Centro de Investigaciones Etnológicas* e a revista *Boletín Antropológico*, todos vinculados a ULA, possuem 17% das afiliações institucionais analisadas no estudo.

As investigações advindas dessas universidades começam a decair, na medida em que a financiamento dessas universidades também decai<sup>24</sup>. Com isso, as verbas para o financiamento de pesquisa, projeto e extensão na disciplina ficam abruptamente curtas, verbas estas que não cumprem nem as necessidades básicas. Afinal, o próprio salário mensal de um professor titular de uma universidade na Venezuela, com dedicação exclusiva, é de 8.957.279,30 Bsf, equivalentes a 4,07 dólares (Ramos 2020).

As pesquisas antropológicas no país não ficam alheias a esse cenário. O que é possível notar são professores mal pagos, que acabam migrando de suas universidades e de seu país: “entre el 30% y el 40% de los profesores universitarios emigraron en el año 2018” (Vinogradoff 2018: 2). Portanto, se, em um momento, as reformas propostas foram motivo de entusiasmo, agora nos deparamos com a preca-

rização, observada mais proeminentemente com a atuação atual de Nicolás Maduro, vice-presidente de Hugo Chávez, na presidência.

Mesmo aqueles que eram apoiadores veementes do governo bolivariano e da atuação de Hugo Chávez têm revisto seus posicionamentos diante das decisões do governo de Nicolás Maduro. É o caso do antropólogo venezuelano Esteban Emilio Mosonyi. Primeiro reitor da Universidad Indígena de Venezuela (UIV), criada em 2010, foi deposto do seu cargo por discordar da postura do governo perante o descumprimento da demarcação das terras indígenas, reconhecidas constitucionalmente pelo próprio governo bolivariano.

Es sabido que precisamente por mi espíritu crítico, a veces indomable, tuve conflictos bastante serios con los gobiernos de turno de mi país. Pero salí siempre airoso, de manera que ninguno de esos percances dejó mayores secuelas. Pero, con las políticas del gobierno actual - no con las del presidente Chávez - sucede algo cualitativo y cualitativamente distinto. Tal como muchas y muchos de mis apreciados colegas están enterados, fue destituido ipso facto - sin derecho a la defensa - de mi cargo de Rector de la Universidad Indígena del Taucá. La razón alegada fue mi postura crítica hecha pública, frente al tristemente célebre Arco Minero del Orinoco. (Mosonyi *apud* Lima et al. 2020: 204).

O “*Arco Minero del Orinoco*”, citado pelo antropólogo e ex-reitor da UIV, é um projeto de exploração e estratificação de recursos naturais, aprovado em 2016 pelo governo de Nicolás Maduro, mesmo

24 Citação por documento em ciências sociais: Scimago Journal & Country Rank. 2007-2018. *Revista de Ciencias Sociales (RCS) de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad del Zulia (LUZ)*. <https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=5600152899&tip=sid&clean=0>



com grandes impactos provocados pelas empresas e pelos mineradores, causando destruição do ecossistema e devastando toda uma região de ocupação indígena. Desse modo, “la creación del Arco se debe a una decisión de carácter gubernamental, la cual se tomó para fortalecer lo planteado por el poder público como la Agenda Económica Bolivariana impulsada por la presidencia de Nicolás Maduro” (Torres 2021: 3).

Esse projeto é significativo porque aponta para uma tentativa, em muito fracassada, de substituir a principal fonte da economia venezuelana, dada a baixa com os preços do petróleo no mercado internacional desde 2013, potencializando a crise econômica e a já dada crise política, pelo extrativismo predatório, sobretudo, a mineração. Além das crises econômica e política internas já mencionadas, Lipsky e Godoy (2021) apontam para uma terceira tensão que agrava a crise nacional: a relação da Venezuela com países poderosos do ocidente, principalmente os Estados Unidos.

Tudo isso tem levado à propagação de noticiários esdrúxulos, especialmente com chamadas sobre a escassez de papel higiênico ou comida, de taxas inflacionárias<sup>25</sup> nunca antes vistas no país e de toda a crise social advinda. Por conseguinte, tem sido um desafio para a comunidade antropológica pensar

as complexidades que o novo cenário de crise traz, sobretudo pela falta de financiamento e incentivo à pesquisa científica.

Em meio às adversidades políticas e financeiras que têm enfrentado, as pesquisadoras e pesquisadores locais continuam a produzir um conhecimento reflexivo e crítico sobre as complexidades do cenário atual. Embora as dificuldades sejam muitas, a pesquisa continua sendo realizada, com foco especial nas questões indígenas que têm sido profundamente afetadas pelos desrespeitos e violações dos seus direitos. Apesar das tensões, as antropólogas e antropólogos venezuelanos têm demonstrado um comprometimento com a compreensão do seu contexto e com a construção de um conhecimento que reflita a realidade vivida no país. A antropologia na Venezuela segue viva e atuante, contribuindo para uma compreensão mais profunda das complexidades do país e das comunidades que o habitam.

Afinal, Guiza e García (2020), em um levantamento acerca das temáticas de maior produção de etnografias e investigações no país atualmente, mostram que a maior temática trabalhada é sobre as questões indígenas (com 33,22%), seguida da antropologia Venezuelana (11,8%) e etnohistória (7,43%)<sup>26</sup>. Diante de tudo que foi exposto, a temática mais trabalhada e investigada na antropologia feita

25 Em 2018, a hiperinflação chega a 1.698,488% ao ano; 5% diário. O dado é do Parlamento, opositor ao presidente Nicolás Maduro, diante da ausência de cifras do Banco Central do país. El Financiero. 2018. *Inflación en Venezuela cerró 2018 en 1.698.488%*. <https://www.elfinancierocr.com/finanzas/inflacion-en-venezuela-cerro-2018-en-1698488/ZYZEONWB5E-TFjYXLPRBUSLA/story/>

26 Os demais temas estão distribuídos em: antropologia da saúde (6,44%); antropologia da religião (5,45%); comunidades negras/racismo (5,42%); antropologia política (4,48%); antropologia urbana (3,96%); antropologia da música (3,96%); antropologia de gênero e masculinidade (3,96%); por fim, outros (13,79%).



na Venezuela (com povos indígenas, por exemplo) nos parece estar associada às circunstâncias sócio-históricas de incisivos desrespeitos a esses povos e suas comunidades, como já mencionado.

Mais que isso, as autoras acrescentam um ponto: o indígena como sujeito de estudo se deu desde a influência do paradigma estadunidense na criação do mais influente centro de antropologia (UCV), criado em 1953, quando se tomava “o outro” enquanto objeto científico. No entanto, antropólogas(os) e sociólogas(os) apenas diziam estar se dedicando a “sociedades tribais”. Atualmente, parece haver uma virada importante nas categorias de classificação dos povos indígenas, em que se substitui a expressão “sociedades tribais” por “estudos indígenas”, e a categoria do outro como uma alteridade parece ceder lugar a um “outro-étnico” mais relacional (Guiza & García 2020), o que vai ao encontro do apontamento de Cardoso de Oliveira (2022: 246, parêntesis adicionados) quando diz que: “a antropologia em sua forma originária, como o estudo do outro, (passa a) ser necessariamente reconsiderada quando os outros somos nós”.

Quando chamamos atenção para a importância da discussão de Cardoso de Oliveira sobre as antropologias periféricas *versus* as antropologias centrais, estamos apontando, portanto, para a necessidade de transcender os diferenciais de poder existentes entre elas. Falar das especificidades dos modos de se fazer antropologia na Venezuela, dados seus contextos social, político, econômico e institucional transformados pela Revolução Bo-

livariana, é contribuir para o arsenal das possibilidades de se fazer antropologia, consciente das condições sociais, políticas e epistemológicas nas quais são elaboradas.

#### 4. ANTROPOLOGIA INTERROMPIDA

A pesquisa antropológica na Venezuela foi interrompida por uma série de percalços advindos da revolução bolivariana. Se, em um primeiro momento, houve uma empolgação na comunidade antropológica com as mudanças provocadas pela nova ordem ideológica trazida por Hugo Chávez, sobretudo com a nova Constituição Bolivariana, que passava a assegurar legislativamente os direitos e territórios dos povos indígenas, o cenário atual que nos deparamos é de insegurança e insatisfação, dados os inúmeros ataques a esses povos e a seus direitos, intensificados principalmente com a chegada de Nicolas Maduro à presidência.

A promessa de incentivo ao ensino superior colocada pelo governo se transformou, na verdade, em uma diminuição notória nos incentivos de fomento à ciência e à pesquisa nas universidades públicas, desde a segunda década do século XXI, resultando em uma migração massiva dos pesquisadores do país. Como coloca a antropóloga venezolana Elizabeth Manjarrés Ramos (2020: 18): “Hacer investigación académica convencional en Venezuela actualmente no es posible, ésta es una de las realidades que el antropólogo debe asumir como parte de su oficio en la era bolivariana”.

Apesar das dificuldades encontradas nesse cenário político, segue-se fazendo antropologia na Venezuela e, em grande parte, uma antropologia reflexiva e crítica, que se mostra resistente ao enfrentamento da insalubridade das condições atuais de investigação. Se, no final do século XX, deparamo-nos com a acusação de a antropologia venezolana moderna não ter sido capaz de pensar o país real, como colocado por Mérida e discutido ao longo do presente trabalho, o que se destaca no século XXI, no campo da antropologia no país, é a preocupação de etnografar a realidade presente do país.

Não à toa, os principais temas atualmente estudados por antropólogos e antropólogas no país seguem sendo aqueles relacionados aos povos indígenas, destacando-se principalmente as etnografias que abordam as questões atuais do Alto Orinoco, demarcação de territórios indígenas e a violência de garimpeiros. Vale apontar: Luís Jesús Bello e Aimé Tillet (2015); Hortênsia Caballero Aria (2016); Filadelfio Morales, Suyín Márquez, Daniel Suárez e Javier Madrid (todos de 2019). Fica claro que apenas uma Constituição avançada no reconhecimento do direito de propriedade coletiva das terras e territórios dos povos indígenas não tem garantido a efetivação desses direitos diante dos projetos extrativistas do governo. A comunidade antropológica nacional passou a usar seu papel de produtora de conhecimento também como uma expressão de compromisso político, resultando em temas fundamentais como estes, ainda mais em uma sociedade que declaradamente se coloca como pluriétnica e multicultural.

Em síntese, as antropólogas e antropólogos venezuelanos encontram um desafio duplo: o enfrentamento das relações desiguais de poder existentes em uma antropologia periférica em tensão com as antropologias centrais, assim como as adversidades políticas e financeiras que têm afetado o trabalho antropológico no país. Por outro lado, a antropologia na Venezuela, no século XXI, tem se mostrado resistente diante de todo um cenário de crise que a afeta diretamente; revela-se cada vez mais comprometida em pensar e pesquisar seu cenário nacional, enfatizando o desempenho importante de antropólogas não hegemônicas na produção crítica, articulando-se também em nível continental.

Tanto é assim que o trabalho de levantamento bibliográfico mostrou um papel importante da *Asociación Latinoamericana de Antropología* (ALA) e da *Red de Antropologías del Sur* no impulsionamento de novas antropologias feitas no país, em articulação a outras antropologias latino-americanas e caribenhas, resultando até mesmo em um *Catálogo Venezolano de Tesis de Antropología* (2021), parte do *Catálogo Latinoamericano de Tesis de Antropología Social*.

Por fim, essa tentativa de se pensar a disciplina em termos antropológicos é fruto de um esforço de demonstrar a necessidade de um estudo mais aprofundado das antropologias periféricas, pensando suas singularidades a partir de uma consciência crítica sobre os lugares e modos variados, que são tornados particulares, de se exercer a antropologia na contemporaneidade.

Olhar para a história, para o desenvolvimento e para as especificidades das antropologias periféricas é resgatar uma memória que, por muitas vezes, mostrou-se ameaçada de desintegração. Suscitar novas pesquisas sobre estilos de antropologia, principalmente as latino-americanas, precisa ser um compromisso constantemente renovado para que possamos cada vez mais incluir e dialogar com as antropologias feitas em nosso continente e, a partir disso, traçar perfis próprios ante o mundo, com melhor compreensão de nossa diversidade epistemológica constitutiva.

## 5. REFERÊNCIAS

Abreu, Beatriz dos Santos. 2019. A Revolução Bolivariana e a ascensão do Poder Popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013). Tese de Doutorado em Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu.

Altez, Rogelio; Molina, Verónica e Rago, Víctor. 2021. Catálogo Venezolano de Tesis de Antropología: experiencias, impresiones y resultados. *Revista Antropologías del Sur*. 8(16): 165-188. <https://doi.org/10.25074/rantros.v8i16.2197>

Arenas, Iraida Vargas. 1975. Introducción al estudio de las ideas antropológicas venezolanas. 1880-1936. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana (1973-1979)*. 40(49): 25-48. <https://www.jstor.org/stable/43996299>

Arvelo-Jiménez, Nelly. 2014. Movimientos etnopolíticos contemporáneos y sus raíces organizacionales en el Sistema de Interdependencia Regional del Orinoco, in *Antopologías hechas en Venezuela, Tomo I*. Editado por Guiza, Annel Mejías, García, Carmen Teresa, pp. 421-445. Mérida, Venezuela: Asociación Latinoamericana de Antropología.

Arias, Hortensia Caballero. 2007. Postdesarrollo, Antropología y Estado en Venezuela: La nueva lógica de la participación local. *Espacio Abierto*. 16(1), 135-162. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12216106>

Arvelo-Jiménez, Nelly e Castillo, Horacio Biord. 2020. La antropología en Venezuela: balance y perspectivas, in *Antopologías hechas en Venezuela, Tomo I*. Editado por Guiza, Annel Mejías, García, Carmen Teresa, pp. 79-93. Mérida, Venezuela: Asociación Latinoamericana de Antropología.

Asamblea Nacional Constituyente. 1999. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. *Gaceta oficial de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Imprensa Nacional.

Barreto, Daisy. 1998. María Lionza. Genealogía de un mito. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Central de Venezuela, Caracas.

Biord, Horacio. 1992. La angustia de ser otro: reflexiones sobre el componente cultural indígena de América Latina. *Anthropos: publicación del Instituto Superior Salesiano de Filosofía y Educación-Venezuela*. 13(25): 71-84. <https://dialnet.unirioja.es/revista/10308/A/1992>

Chávez, Hugo. 2007. *Discursos*. República Bolivariana da Venezuela: Imprensa Nacional.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 1988. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: MCT/CNPq.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 1998. Antropologias periféricas versus antropologias centrais; A etnicidade como fator de estilo, in *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 2022. Identidade e Diferença entre Antropologias Periféricas. *Antropología Americana*. 7(13): 241-256. <https://doi.org/10.35424/anam.v6i13.1146>

Castillo, Castillo Horacio. 2020. Para una historia de las ideas antropológicas en Venezuela. *Procesos Históricos*. *Procesos Históricos*. (37): 3-20. <https://www.redalyc.org/journal/200/20063285002/html/>

Caula, Silvana. 2009. La configuración de un campo científico: la antropología en Venezuela (1850-1950). Modernidad, pensamiento de frontera y colonización epistémica. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidad Central de Venezuela, Caracas.

Caula, Silvana. 2010. Miguel Acosta Saignes y la antropología en Venezuela: antropologías hegemónicas, antropologías subalternas, in *Antopologías hechas en Venezuela, Tomo I*. Editado por Guiza, Annel Mejías, García, Carmen Teresa, pp. 217-245. Mérida, Venezuela: Asociación Latinoamericana de Antropología.

Dantas, Ailton Claecio Lopes. 2012. O discurso de Hugo Chávez como instrumento articulador de uma unidade latino-americana. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará.

El Financiero. 2019. *Inflación en Venezuela cerró 2018 en 1.698.488%*. Miembro del Grupo de Diarios América.

Escobar, Arturo. 1999. Antropología y desarrollo. *Maguaré*. (14): 42-73. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/11135/11803>

Figueroa, Federico Brito. 1996. *Historia económica y social de Venezuela: una estructura para su estudio*. Universidad Central de Venezuela: Ediciones de la Biblioteca.

Guiza, Annel Mejías e García, Carmen Teresa. 2020. *Antopologías hechas en Venezuela, Tomo I*. Mérida, Venezuela: Asociación Latinoamericana de Antropología.

Iturrieta, Elías Pino. 2018. El siglo XX: Conquista, construcción y defensa de la democracia, in *Historia Mínima de Venezuela*, pp. 141-232. México: Colegio de México.

Krotz, Esteban. 1993. La producción antropológica en el Sur: características, perspectivas, interrogantes. *Alteridades*. 3(6): 17-26. <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/608/606>

Lino, Meneses Pacheco. 2020. Una cronología de la Antropología en Venezuela. *Boletín Antropológico*. 38(100): 392-416. <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/49240>

Lima, Carmen Lúcia Silva; Cirino, Carlos Alberto Marinho e Muñoz, Jenny González. 2020. Una antropología con un compromiso ético y político: entrevista con Esteban Emilio Mosonyi. *Revista EntreRios*. 3(3): 202-2024. <https://doi.org/10.26694/rer.v3i02.12039>

Lorenzo, Miguel Ángel Rodríguez . 2020. Protoantropologías venezolanas: afanes para eludir otredades y construir identidades, in *Antopologías hechas en Venezuela, Tomo I*. Editado por Guiza, Annel Mejías, García, Carmen Teresa, pp. 47-78. Mérida, Venezuela: Asociación Latinoamericana de Antropología.

Manjarrés, Elizabeth. 2019. Hacer antropología en la Venezuela del siglo XXI. *Revista Chilena de Antropología*. (39): 1-19. <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.5354/0719-1472.2019.53718>

Mansutti-Rodriguez, Alexander. 1999. La antropología que requerimos, in *Hacia la Antropología de Siglo XXI*. Editado por Meneses, Lino, Briceño, Jacqueline Clarac de e Gordones, Gladys, pp. 95-104. Venezuela: Museo Arqueológico ULA.

Margolies, Luise e Suarez, María Matilde. 1998. Historia de la etnología contemporánea Venezolana, in *Historias de la antropología en Venezuela*. Editado por Amodio, Emanuele, pp. 111-159. Maracaibo: LUZ.

Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria (MPPEU). 2013. *Logros de la revolución socialista bolivariana en educación universitaria (2000-2012)*.

Oliveira, Roberto Cardoso de. 1993. O movimento dos conceitos na antropologia. *Revista De Antropologia*. (36): 13-31. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1993.111381>

Parra-Sandoval, María Cristina. 2015. Venezuela: las políticas de educación superior en el proceso revolucionario. *Propuesta Educativa Número*. 1(43): 88-98. <https://www.redalyc.org/pdf/4030/403041714009.pdf>

Quintero, Rodolfo. 1972. *Antropología del petróleo*. México: Siglo XXI Editores.

Ramos, Elizabeth Manjarrés. 2020. Entre la precariedad y la resistencia. Características de la antropología venezolana en las primeras dos décadas del siglo XXI. *Gazeta de Antropología*. 36(2): 6. <http://dx.doi.org/10.30827/Digibug.65178>

Rojas, Arístides. 1944. *Estudios Indígenas. Contribución a la Historia Antigua de Venezuela*. Caracas: Librería Las Novedades.

Restrepo, Eduardo e Escobar, Arturo. 2004. Red de Antropologías del Mundo: intervenciones en la imaginación teórica y política de la práctica antropológica, in *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras*. Editado por Leyva, Xochitl, pp. 380-402. Guadalajara (México): Editorial Retos.

Saignes, Acosta Saignes. 2010. De la etnología antigua a la antropología histórica. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. 16(1): 95-116. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17731127006>

Scimago Journal & Country Rank. 2018. *Revista de Ciencias Sociales (RCS)* de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad del Zulia (LUZ).

Sangren, Steven. 2007. Anthropology of Anthropology? Further Reflections on Reflexivity. *Anthropology Today*. 23(4). <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2007.00523.x>

Silva, Scarlett Nastassja Rojas e Baquero, Sergio Ángel. 2017. “Estancamiento paradójico”: la ciencia política en los tiempos de la Revolución Bolivariana. *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*. 5(1): 157-172. <https://doi.org/10.17951/al.2017.5.157>

Teófilo da Silva, Crithian. 2021. *Antropologias latino-americanas e povos indígenas: Etnografía de estilos periféricos de etnología indígena*. Projeto de Pesquisa. Brasília: Universidade de Brasília, mimeo.

Torrealba, Ricardo. 1984. Los marcos sociales e instituciones del desarrollo científico en Venezuela: el caso de la antropología social en Venezuela, in *Ciencia académica en la Venezuela moderna. Historia reciente y perspectivas de las disciplinas científicas*. Editado por Vessuri, Hebe, pp. 213-235. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana.

Torres, Ángel Carmelo Prince. 2021. El Arco Minero del Orinoco: Espacio para la Vulneración de los pueblos indígenas venezolanos. *Homa Pública: Revista internacional de derecho humanos y empresas*. 5(2): 1-18. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/36093>

Vargas Arenas, Iraida. 1976. Introducción al estudio de las ideas antropológicas venezolanas in *Historias de la antropología en Venezuela*. Editado por Amodio, Emanuele, pp. 151-175. Maracaibo, Venezuela: Ediciones de la Dirección de Cultura, Universidad del Zulia.

Velásquez, Fidel Rodríguez Velásquez e Silva, Julimar Mora. 2019. La Amazonía en disputa: agencias políticas y organizaciones indígenas de la Amazonía venezolana frente al Arco Minero del Orinoco. *Polis: Revista Latinoamericana*. 18(52): 11-29. <https://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/1367>

Vinogradoff, Ludmila. 2018. *La crisis vacía las aulas de alumnos y profesores en Venezuela*. ABC Internacional.